

A COMPLEXIDADE PRODUTIVA NAS ESTÂNCIAS DA FRONTEIRA OESTE RIOGRANDENSE

Bruno Gato da Silva¹, Jaqueline Ferreira Pes², Lucio Lemes³, Saul Eduardo Seiguer Milder⁴

¹ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/Departamento de História – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA, Rua Floriano Peixoto – 1184, brunogatto1992@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria - UFSM Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural - Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas LEPA, Rua Floriano Peixoto – 1184, jaquepes@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/Departamento de História – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA, Rua Floriano Peixoto 1184, lucio.lemes@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/Departamento de História – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA, Rua Floriano Peixoto – 1184, milderbr2@gmail.com

Resumo- O seguinte trabalho faz uma abordagem arqueológica e histórica das diversas atividades econômicas presentes numa estância localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tomando por base a análise dos artefatos metálicos que foram escavados nas intervenções arqueológicas efetuadas no Sítio Histórico denominado Estância Velha do Jarau. Desta maneira foram utilizados dados arqueológicos somados as produções historiográficas recentemente renovadas, para questionar assim uma série de antigas definições a respeito do modelo de propriedade estancieira estabelecido pela historiografia tradicional.

Palavras-chave: Arqueologia, Historiografia, Estância, Fronteira, Economia

Área do Conhecimento: Arqueologia histórica

Introdução

A historiografia tradicional aborda a propriedade estancieira da fronteira oeste do Rio Grande do Sul como sendo um núcleo produtivo de pecuária extensiva por excelência. Deste modo essa visão permaneceu por muito tempo intocada, servindo deste modo como justificativa para a falácia que o Rio Grande do Sul seria uma grande estância. Porém uma série de estudos e trabalhos vem sendo realizados desde as últimas décadas do século XX, tentando desmitificar esta e outras visões a respeito da propriedade estancieira, como por exemplo, os de Cardoso e Osório.

É através dos estudos arqueológicos do Sítio Estância Velha do Jarau, que está localizado próximo ao município de Quarai (Figura 1), divisa com a cidade uruguaia denominada Artigas, que foi possível fazer uma análise crítica das definições de estância. Pois a materialidade resgatada, nos permite uma análise do cotidiano do local diferente daquela das fontes escritas, servindo assim como um outro ponto de vista para questionar afirmações anteriormente elaboradas, e produzir novos debates a respeito dos mais variados contextos.

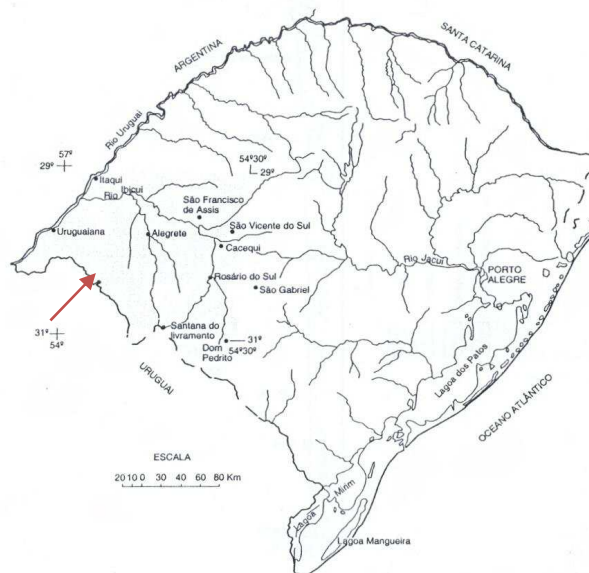


Figura 1: Localização da área pesquisada. Retirada de Suertegaray (1998).

Metodologia

Essas novas abordagens mencionam a presença da agricultura juntamente com outras atividades econômicas, em estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, além da presença marcante de escravos no processo de produção. Assim, segundo Osório:

...o fato de que mais da metade das “estâncias” (definida por nós como unidade produtiva com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e a agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura, mas também pecuária e finalmente, que grande parte dos “lavradores” eram também, pastores criadores de pequenos rebanhos de gado. (OSÓRIO, 2005, p. 2)

O estabelecimento estancieiro teve várias faces e funções ao longo dos períodos de ocupação da fronteira, variando suas estruturas e atividades de acordo com a demanda comercial e o contexto histórico seja ele conflituoso ou pacífico. Mostrando-se no passado muito diferente do modelo popularmente conhecido nos dias de hoje.

Desta forma o termo estância é de origem espanhola utilizado apenas no sul da América Latina, servindo para denominar aquelas propriedades onde se desenvolvia a pecuária, diferentemente do termo *Hacienda* que remete a áreas de agricultura. Em terras portuguesas se utilizava largamente o termo fazenda para designar aquelas propriedades onde se praticava a pecuária ou a agricultura. Porém com a apropriação das terras abaixo de Laguna pelos lusos foi se popularizando a utilização do termo estância, devido à influência castelhana já presente na região para denominar as terras de criação de gado bovino. Segundo Osório (2008, p.103) “os portugueses que foram ocupando os territórios abaixo de laguna, rapidamente incorporaram o vocábulo espanhol com esse significado”.

Mesmo havendo a apropriação deste termo, por longo tempo muitos dos proprietários continuaram com a estrutura de fazenda, dedicando-se as variadas atividades econômicas como as criações de gado bovino, cavalari, ovino, muar conjuntamente com a agricultura. Foi somente a partir de meados do século XIX e ao longo do século XX, que o vocábulo estância começa a tornar-se denominação exclusiva para a propriedade de criação extensiva de gado bovino aos moldes que conhecemos hoje. Podemos associar esse fator a questão do desenvolvimento da identidade regional no Rio Grande do Sul (e nos países do Prata) ao longo da segunda metade do século XIX, que exalta a figura do gaúcho ou

gaúcho, onde este a partir do cerceamento dos campos teria supostamente passado da vida quase nômade, a de peão de estância, idealizando-se assim as relações sociais entre peão e patrão.

Tendo em vista estes fatos, a Estância Velha do Jarau, é um nome bem conhecido na fronteira oeste, por ter pertencido a Bento Manoel Ribeiro, e ser palco da lenda “Salamanca do Jarau”, (popularizada por Simões Lopes Neto no livro “Contos Gauchescos”) que até os dias de hoje povoa o imaginário dos moradores da região.

Esta foi ocupada desde o início do século XIX, tendo sua decadência no começo do século XX, sendo que ao longo do seu tempo de funcionamento passou pelas mãos de três proprietários, Maneco dos Santos Pedroso, Bento Manuel e Olivério Pereira respectivamente.

Devido ao seu posicionamento estratégico na região de fronteira com o Uruguai, serviu como ponto demarcador dos limites. Localizando-se na base do Cerro do Jarau o que acabava proporcionando uma ampla visão da região fronteira, podendo-se facilmente perceber o deslocamento de tropas inimigas. E também por ser uma propriedade de grande porte e diversas atividades serem realizadas em seu interior, acabava por possuir grande contingente de trabalhadores livres e escravos, que serviam como linha de frente para repelir as investidas “castelhanas”.

Esta estância sempre serviu como exemplo do modelo tradicional de representação, pois possuía grandes rebanhos de gado bovino e cavalari, como relata Pont (1983, p.175) “diziam que nela cabiam mil cavalos de uma só vez”, possuindo também um forte caráter militarista.

Contudo através da arqueologia, pode-se por meio da materialidade resgatada no local, contestar certos preceitos “consagrados” pela historiografia tradicional a respeito das estâncias. Com o intuito de questionar e refletir entorno de fatos tidos como “verdadeiros”, é que o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realiza intervenções arqueológicas em algumas estâncias do município desde 1997, através do projeto “Salamanca”.

Resultados

No caso particular da Estância Velha do Jarau, os objetos escavados revelaram uma diversidade de atividades produtivas realizadas no período de seu efetivo funcionamento, como criação de gado bovino, cavalari, ovino, muar, e inclusive agricultura.

Ao longo das diversas escavações realizadas no sítio arqueológico Estância Velha do Jarau

(1997, 1999, 2001, 2003 e 2006) foram evidenciados diversos artefatos, que revelam características específicas sobre aquele cotidiano estancieiro e fronteiriço. Dentre estes materiais encontrados estão, ossos (vestígios alimentares), vidro, louça, metais, e material lítico, indicando uma ocupação indígena na área, anterior a ocupação colonial. Ao serem analisados, especificamente, os artefatos metálicos, denominados de tralha metálica¹, certos aspectos saltam aos olhos, como por exemplo, a grande quantidade de estribos, esporas e ferraduras dos mais variados modelos, confirmando as atividades referentes à criação de gado *vacum* e cavalos. Porém há uma variedade de outras ferramentas e objetos, como: ferraduras para mula, teroura de esquila, foice, enxada e diversos fragmentos de arado (Figura 2), que demonstram que esta estância estava inserida num contexto produtivo e comercial muito mais complexo, do que a historiografia tradicional aborda.



Figura 2: Fragmentos de arado e foice. Acervo LEPA-UFSM

Com esse pequeno número de artefatos encontrados já se pode evidenciar a criação de ovinos e mulas no local juntamente com a de gado bovino e cavalos, somando a isso a agricultura, pode-se compreender este espaço inserido em um contexto mais amplo, de relações produtivas e comerciais.

¹ Segundo Gomes, Cezar e Milder, “a designação “trilhas” na abordagem sobre os metais refere-se a objetos que não possuem mais um valor utilitário, mas quando recuperados em escavações retornam a sociedade como documento arqueológico.” (CEZAR, MILDNER, GOMES, 1997, p.14)

Discussão

Durante muitos anos as definições do que seria uma estância no século XIX permaneceram intocadas pela historiografia tradicional, que as inseria em um contexto mítico e idealizado do passado. Porém um conjunto de novos estudos historiográficos, juntamente com indagações advindas do campo arqueológico vem trazendo questionamentos sobre estas antigas definições, mostrando que o modelo estancieiro do passado era muito diferente do atual, e que as formas produtivas abrangiam um leque maior de atividades.

Conclusão

Deste modo, assim como Osório relata em seus trabalhos, a Estância Velha do Jarau, mostrou por intermédio da materialidade escavada possuir uma produção bastante complexa. Superando as definições elaboradas pela historiografia tradicional a respeito do modelo estancieiro rio-grandense. Pois mesmo que a Estância do Jarau seja do século XIX, esta mostrou ainda manter uma característica multi produtiva herdada das estâncias dos séculos anteriores. Desta maneira as pesquisas arqueológicas trazem novos questionamentos, ajudando desta forma com a renovação historiográfica, quebrando assim com antigas suposições tradicionais.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do RS. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CEZAR, Ted Henrique da Silva; GOMES, Flamarion Freire da Fontoura; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Know-how para tratamento químico de metais em arqueologia e leitura histórica dos artefatos arqueológicos de metal da guarda de São Martinho. In: Revista do CEPA, V.21, n.25.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia Rio-grandense. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

OSÓRIO, Helen. Fronteira escravidão e pecuária: O Rio Grande do Sul no período colonial. Porto Alegre: PUCRS 2005.

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior

OSÓRIO, Helen. Império português no sul da América: estancieiros, lavradores, comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PONT, Raul. Campos Realengos – A formação da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Renascença, 1983